Cotação
- Dólar: R$ 5,62
- Euro: R$ 6,23

COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-Feira • 3 de Abril de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	4 de Abril
• Dia do Atuário • Dia do Desporto Comunitário	• Dia Nacional do Parkinsoniano

Agenda do Prefeito

Hoje	4 de Abril
• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito • 19h: Programa Tá na Hora Vale – TV Thathi SBT com Vinicius Valverde no Estúdio em São José dos Campos	• 9h: Entrevista com Vitor Miki no Gabinete do Prefeito • 14h: Reunião com os diretores da Petrobras no Gabinete do Prefeito • 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Portal Notícias do Litoral • Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Jornal do Litoral • Noticias das Praias • Ubatuba Times • Litoral Norte Web

Índice

Política **3**
O Estado de São Paulo 3
O Estado de São Paulo 4
O Estado de São Paulo 5
O Estado de São Paulo 6
O Estado de São Paulo 7
Folha de São Paulo 8
Folha de São Paulo 8
Folha de São Paulo 10
Folha de São Paulo 11
Vereadores de Caraguatatuba participam do Fórum Municipal de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo 12
Vereador de Ilhabela reivindica ao Hospital Regional de Caraguatatuba atendimento para mulheres com endometriose 13
Cotidiano **14**
O Estado de São Paulo 14
Folha de São Paulo 15
Folha de São Paulo 16
MP solicita para pais de alunos prejudicados pelo Colégio Gemini compareçam na delegacia para formalizar Boletim de Ocorrência 17
Casa de Saúde Stella Maris recebe reconhecimento nacional e conquista pela primeira vez o selo UTI Top Performer 18
CCZ de Caraguatatuba abre 250 vagas do Programa de Controle Populacional de cães e gatos nesta sexta-feira 19
Secretaria de Serviços Públicos realiza limpeza em diversos bairros de Caraguatatuba no início de abril 20
Presidente do Fundo Social visita Lar São Francisco de Assis e Instituição de Longa Permanência em Caraguatatuba 21
Geral **22**
Após tentar fugir de abordagem, homem é preso com drogas pela GCM de Caraguá 22
Em atitude suspeita, homem armado é preso pela PM no Pegorelli 23
Turismo e Esporte - Local **24**
Caraguatatuba abre exposição de cerâmica ‘A Grande Maloca’ na sede da Secretaria de Turismo 24
Peça de teatro interativa e gratuita está na programação de abril em Caraguatatuba 25
Clipping Eletrônico **26**
Entrevista com a Vereadora, Vilma Teixeira para a TV Câmara 26

Política

O Estado de São Paulo

Investigação

PF indicia ex-assessor de Moraes no TSE

Eduardo Tagliaferro foi enquadrado no crime de violação de sigilo funcional com dano à administração pública; defesa nega

RAYSSA MOTTA

A Polícia Federal indiciou o perito Eduardo Tagliaferro pelo vazamento de conversas de servidores dos gabinetes do ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A PF imputa a Tagliaferro o crime de violação de sigilo funcional com dano à administração pública. Ele foi chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE.

Procurado pelo **Estadão**, o advogado Eduardo Kuntz, que representa o perito, reiterou que ele não foi o responsável por repassar as conversas.

No relatório final da investigação, encaminhado ontem ao Supremo, a PF afirma que mensagens obtidas no inquérito comprovam a "materialidade" do crime. O celular do perito foi apreendido durante o depoimento prestado por ele à corporação em São Paulo, em agosto de 2024.

O delegado Thiago Batista Peixes, responsável pela investigação, concluiu que o objetivo da divulgação das conversas foi "desacreditar" o Judiciário e "macular a honra e a imparcialidade" dos ministros do Supremo.

"É necessário concluir que o intento da publicidade daquelas informações era arranhar a imagem do ministro do STF, questionar-lhe a imparcialidade na condução dos procedimentos mencionados na Suprema Corte e, por fim, turbar ainda mais o cenário político-social do País", diz um trecho do documento.

FAKE NEWS. A divulgação das mensagens irritou Moraes. Foi o próprio ministro quem determinou a abertura de uma investigação para apurar a origem do vazamento. A investigação sobre a divulgação dos diálogos foi associada ao inquérito das fake news, que apura ataques, ofensas e ameaças aos ministros. Moraes justificou que o "vazamento deliberado de informações" pode estar associado a uma "atuação estruturada de uma possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas".

Em seu relatório final, a PF crava que "as informações divulgadas vão além da violação de sigilo funcional, eis que têm o condão de descredibilizar a mais alta Corte do Poder Judiciário, a imparcialidade dos membros e obstar o prosseguimento de investigações que envolvem as organizações criminosas mencionadas".

Em maio de 2023, Tagliaferro foi preso em flagrante, sob acusação de violência doméstica, o que levou à sua exoneração do cargo no TSE. Na ocasião, o celular dele foi apreendido pela Polícia Civil de São Paulo. Consta no boletim de ocorrência que o aparelho foi lacrado, ou seja, teria ficado indevassável. O celular passou seis dias na Delegacia Seccional de Franco da Rocha, na Grande São Paulo, e foi destruído e descartado pelo perito após recebê-lo de volta.

Tagliaferro sempre negou veementemente ter divulgado as mensagens. Em entrevista ao **Estadão**, afirmou que não tem "relação alguma" com o vazamento. Ele atribuiu o compartilhamento das conversas à Polícia Civil de São Paulo.

ANTONIO AUGUSTO/STF

Moraes determinou abertura de investigação para apurar vazamento

"Meu cliente reitera, categoricamente, que não foi responsável pelo suposto vazamento. Esperamos que a (...) Procuradoria-Geral da República possa verificar a fragilidade da investigação e não acolha as ilações contidas no relatório policial"

Eduardo Kuntz
Advogado que representa Eduardo Tagliaferro

Após receber as conclusões da PF, Moraes deu 15 dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhar seu parecer. A PGR deve dizer se há ou não elementos para oferecer uma denúncia criminal contra Tagliaferro. O órgão também pode pedir diligências complementares se considerar que as provas reunidas são insuficientes.

"Meu cliente reitera, categoricamente, que não foi responsável pelo suposto vazamento. Esperamos que a douta Procuradoria-Geral da República possa verificar a fragilidade da investigação e não acolha as ilações contidas no relatório policial", declarou Kuntz. ●

Juízes auxiliares deixam gabinete de ministro

Entre janeiro e março deste ano, dois juízes auxiliares e um juiz instrutor deixaram o gabinete do ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal (STF) para retornar às suas atividades no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

O **Estadão** ouviu um interlocutor de Moraes que afirmou que ele iniciou um processo seletivo para substituir os magistrados. Procurado, o ministro não se manifestou.

Dentre os magistrados dispensados está o desembargador Airton Vieira, que era o principal aliado de Moraes no exercício de juiz instrutor em processos criminais. Ele auxiliava Moraes desde maio de 2018. Vieira esteve no centro do caso revelado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, que divulgou áudios em que ele e o ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Eduardo Tagliaferro compartilhavam, fora do rito legal, informações para munir decisões de Moraes.

Além de Vieira, também deixaram a equipe de Moraes os juízes auxiliares Rogério Marrone de Castro Sampaio, que atuava no gabinete do ministro desde fevereiro de 2018, e André Solomon Tudisco, que exercia o cargo desde junho do ano passado. Os dois também estavam cedidos ao STF pelo TJ-SP.

O único juiz auxiliar mantido por Moraes foi Rafael Tamai Rocha, da Vara Criminal do TJ paulista. A regra vigente no STF autorizava a manutenção dos juízes por dois anos. Caso os ministros desejassem manter os seus assistentes no cargo por tempo superior ao permitido, era necessário autorização.

● WESLLEY GALZO

O Estado de São Paulo

Senado analisa prova obrigatória para médico

Projeto aprovado na Comissão de Educação aguarda parecer da Comissão de Assuntos Sociais; exame seria semelhante ao da OAB

RENATA CAFARDO

Um projeto que torna obrigatória a aprovação em uma prova no fim da graduação para exercer a Medicina no País, semelhante ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), já foi aprovado na Comissão de Educação do Senado, no fim do ano passado. Ele aguarda agora análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem caráter terminativo, ou seja, não será preciso passar pelo plenário e poderá ir direto para a Câmara dos Deputados.

A ideia tem forte apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM), que seria responsável por coordenar o exame de certificação dos médicos, caso aprovado. O Exame Nacional de Proficiência em Medicina seria aplicado pelos conselhos regionais, duas vezes por ano, em todos os Estados e no Distrito Federal.

Segundo o projeto de lei, de autoria do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), a prova avaliará "competências profissionais e éticas, conhecimentos teóricos e habilidades clínicas, com base nos padrões mínimos exigidos para o exercício da profissão". A expectativa dos apoiadores da nova certificação é de que o Congresso a aprove ainda este ano.

Universidades privadas
Muitas não aceitam bem o projeto. Dizem que não basta prova teórica para medir formação médica

A justificativa é de que a grande abertura de cursos de Medicina no País levou a uma formação precária, em especial em cidades pequenas que não têm estrutura para atividades práticas. "Por conta da abertura indiscriminada de escolas médicas, os cenários de prática, parte fundamental para a boa formação dos profissionais, apresentam defasagem. Há falta de leitos de internação, de hospitais de ensino, de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), sem contar com a carência de professores com doutorado aptos à condução do processo de ensino e aprendizagem", diz o presidente do CFM, José Hiran Gallo.

O projeto não é bem aceito entre as universidades privadas. Muitas instituições afirmam que uma prova teórica não é suficiente para medir a formação médica e dizem que o investimento do País deveria ser em melhorar a avaliação e a regulação do ensino médico.

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

MEC quer mudar forma como curso de Medicina é avaliado in loco

AVALIAÇÃO IN LOCO. Como o **Estadão** revelou, o Ministério da Educação (MEC) pretende mudar a forma como os cursos da área da saúde – incluindo Medicina – serão avaliados in loco. A ideia é que os avaliadores que visitam as faculdades consigam analisar com mais rigor a parte prática da formação. No caso da Medicina, eles devem passar a examinar como se dá a inserção dos alunos nos três níveis de atenção à saúde. Ou seja, como é o aprendizado quando estão atendendo em postos de saúde (nível primário), ambulatórios e maternidades (secundário) ou hospitais (terciário), sob supervisão de professores.

As bases de um novo instrumento avaliativo já foram finalizadas por uma comissão de especialistas formada a pedido do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep), órgão do MEC, e o documento deve ser colocado para consulta pública até o fim do semestre.

Outros projetos semelhantes que pretendem criar uma OAB para os Médicos também tramitam na Câmara e podem ser apensados ao do Senado caso ele avance mais rápido. ●

O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

Bolsonaro considera possibilidade de prisão preventiva

Ex-presidente diz que evita passar perto de embaixadas para não ser acusado de tentar fugir; Moraes nega pedido de cautelar

RAISA TOLEDO
RAYSSA MOTTA

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que considera a possibilidade de ser preso preventivamente. Em entrevista à emissora de rádio AuriVerde Brasil, ele disse que o País vive uma "completa insegurança jurídica".

Bolsonaro comentou um pedido de prisão preventiva apresentado por uma vereadora do PT e encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na noite de ontem, após o procurador-geral da República, Paulo Gonet, emitir parecer contrário à prisão, Moraes rejeitou o pedido.

Os autores do pedido de prisão enviado ao STF foram a vereadora do Recife Liana Cristina (PT) e Victor Fialho Pedrosa, servidor do gabinete dela. Os dois argumentaram que Bolsonaro cometeu os crimes de obstrução da Justiça, organização criminosa e incitação ao crime ao convocar apoiadores para a manifestação realizada na Praia de Copacabana, no Rio, no último dia 16.

'Pacíficas'

Em parecer, Gonet diz que não há 'ilícito penal' em 'manifestações pacíficas pela concessão' de anistia

Durante a entrevista, Bolsonaro afirmou que não há prova de nenhuma acusação contra ele: "Até já avisei quem trabalha comigo, dirigindo meu carro, para nem passar perto de embaixadas. Alguns me criticaram lá atrás, achando que eu ia fugir para a embaixada da Hungria".

'INSEGURANÇA JURÍDICA'. Antes da decisão de Moraes, Bolsonaro havia sido questionado sobre se acreditava que poderia ser preso em decorrência do pedido enviado ao Supremo. O ex-presidente afirmou que sim. "Existe. Nós vivemos uma completa insegurança jurídica", declarou, mencionando ter recebido cartas de pessoas presas pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, a que chamou de "presos políticos", para ilustrar o suposto risco jurídico. Ele reiterou não ter incentivado os ataques às sedes dos Poderes.

Em decisão do STF da semana passada, o ex-presidente e sete aliados se tornaram réus no processo que investiga uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Eles vão responder por cinco crimes, que incluem organização criminosa armada e abolição violenta do estado democrático de Direito. ●

O Estado de São Paulo

Estados e municípios em descontrole fiscal

Roberto Macedo

As discussões sobre a questão fiscal focam usualmente no caso federal e só muito raramente alcançam Estados e municípios. Assim, foi com prazer e surpresa que em jornais do dia 1.º de abril – e não é mentira –, quando escrevia este artigo, achei dois textos mostrando ser preciso cuidar também da área fiscal de Estados e municípios, além da federal.

O primeiro foi um informativo artigo de Luiz Schymura, pesquisador do Ibre-FGV, no jornal *Valor*. Ele aponta que "(...) o que se constata é o governo federal contendo gastos, enquanto Estados e municípios aumentam suas despesas. Com isso, (...) a fragilidade fiscal não cede". Eles também aumentaram as suas receitas. No seguinte, trechos entre parênteses são de minha iniciativa ou do autor.

Buscando uma comparação, ele aponta que "(...) os gastos primários trimestrais do governo federal nos últimos dez anos (dessazonalizados e deflacionados pelo deflator do PIB; a base é o último trimestre de 2024) têm girado, em média, em torno de R$ 473 bilhões (extraindo-se do cálculo os dois trimestres nos quais a pandemia de covid teve seu período mais crítico no ano de 2020, resultando em gasto extraordinários do governo federal). No dado referente ao quarto trimestre de 2022, (...) a despesa primária incorrida pelo governo federal é de R$ 483 bilhões."

"(...) Segundo levantamento de (*seu colega Manoel*) Borges, ao longo dos últimos dez anos, os gastos primários trimestrais dos governos subnacionais (*ajustados da mesma forma que os gastos federais, conforme acima*) apresentaram o seguinte desempenho: entre 2015 e 2021 ficaram gravitando em torno da média de R$ 500 bilhões por trimestre; a partir daí, começaram a apresentar crescimento consistente, atingindo nos três últimos trimestres de 2024, o patamar trimestral de R$ 650 bilhões. Como se vê, tem havido uma apropriação crescente do Orçamento público por Estados e municípios."

Schymura concluiu seu texto com informações sobre os chamados gastos tributários, que são incentivos fiscais concedidos a determinados grupos, que nos Estados subiram de 1% do PIB em 2002 para 2,4% do PIB em 2024, outra distorção fiscal.

Os investimentos subnacionais parecem seguir os ciclos políticos, aumentando antes das eleições e caindo depois delas

De minha parte, o grande esclarecimento do artigo foi o de informar que o conjunto dos governos subnacionais têm gastos bem superiores aos do governo federal, mas usualmente só se discute a questão fiscal deste último. Nos governos subnacionais esses gastos não só são maiores, mas são de difícil análise e de medidas em sentido contrário em razão da dispersão dos governos pelo País.

O segundo texto, também publicado no dia 1.º de abril, veio também no jornal *Valor*, escrito pela jornalista Marta Watanabe e com o título *Estados e municípios puxam os investimentos públicos*. Isso me animou bastante, pois tenho argumentado, usando dados do Ibre-FGV, que uma razão das baixas taxas de crescimento do PIB tem sido a redução dos investimentos públicos no período pós-1980, avaliados como porcentagem desse PIB.

Passando aos dados do artigo, eles apontam inicialmente que de "(...) 2018 a 2024 os investimentos do setor público cresceram mais de 80% em termos reais, puxados principalmente por Estados e municípios. Enquanto os investimentos da União aumentaram 9,6% no período, os dos Estados, incluindo o Distrito Federal, avançaram 81%. Nos municípios, o último dado mostra que o aumento foi de 140% de 2018 a 2023. Com base em dados parciais disponíveis, estima-se que o aumento tenha alcançado 183,1% em 2024 em relação a 2018. Considerando esses indicadores, a fatia da União no total investido pelo setor público caiu de 38,7% em 2018 para 23,2% em 2024, enquanto a dos governos regionais aumentou de 61,3% para 76,8% em igual período."

Quanto a valores em reais, "(...) no ano passado, o investimento federal foi de R$ 70,9 bilhões, bem abaixo dos R$ 99,4 bilhões dos Estados e de estimados R$ 134,6 bilhões de prefeituras". Os investimentos subnacionais parecem seguir os ciclos políticos, aumentando antes das eleições e caindo depois delas. Assim, isso aconteceu durante o ciclo municipal recente e devem estar crescendo agora nos Estados, de olho nas eleições de 2026.

Esses números podem impressionar os leitores, mas é bom saber que como porcentagem do PIB não significam um acréscimo relevante, dado que o valor deste chegou a R$ 11,7 trilhões (!) em 2024. Também é bom saber que os Estados e municípios estão investindo mais do que a União, que sabidamente investe muito pouco. Talvez isso sirva de lição a ela, para que invista mais.

Os últimos dados do PIB publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que o Brasil investe muito pouco, 17% do PIB, quando para crescer bem mais seria preciso algo próximo de 20%, e buscando níveis ainda maiores. A queda dos investimentos públicos teve grande papel na chegada a esses 17%. Os dados dos textos citados aqui, que eu não conhecia, indicam que, além da União, será também preciso recorrer aos Estados e municípios para que estes invistam ainda mais. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

O Estado de São Paulo

Governistas temem impulso a atos de Bolsonaro após novo baque na popularidade de Lula

Aliados do presidente Lula classificaram como uma "bomba" o novo baque na popularidade do governo e começaram a temer o pior cenário para o Planalto: um impulso ao ato convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para o próximo domingo, na Avenida Paulista. A pauta da manifestação é a anistia dos condenados pelos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. Governistas ouvidos pela *Coluna* avaliam que a onda negativa para o governo pode animar os organizadores dos protestos em São Paulo a triplicar os esforços para colocar pessoas na rua, o que ampliaria o desgaste de Lula. Pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem mostra que a desaprovação do governo Lula chegou 56%, pior nível desde o início da gestão em janeiro de 2023.

● **EM SÉRIE.** Governistas observam a sucessão de fatores negativos para o presidente Lula nos últimos dias. A semana começou com o PL – partido de Bolsonaro – pressionando o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para o projeto de anistia ser levado com urgência ao plenário. Depois veio o resultado da pesquisa, mostrando que Lula perdeu aprovação até entre eleitores fiéis do PT. O medo agora é o ato bolsonarista na Paulista.

● **DIGAM...** No evento "Brasil dando a volta por cima", hoje, para expor dados dos feitos da gestão Lula 3, o Planalto também espera "catequizar" os próprios aliados para propagarem mensagens positivas do governo.

● **...AMÉM.** Interlocutores palacianos reclamam da "timidez" dos governistas que não defendem a atual gestão nas suas bases eleitorais. A cartilha que pinça dados positivos deve virar, então, uma "bíblia" para orientar o discurso.

● **FUGITIVO.** Sobrinho do ex-presidente Bolsonaro, o influenciador digital **Léo Índio** afirmou à *Coluna* que buscou asilo político na Argentina para preservar "sua integridade física, moral e intelectual". Por e-mail, ele afirmou que se tornou réu no STF "por perseguição política". "Enquanto inocente, continuarei gozando do meu direito de ir e vir."

● **PARTICIPAÇÃO.** No dia 8 de janeiro, Léo Índio publicou uma selfie na cobertura do Congresso, mas depois apagou. Para a Procuradoria-Geral da República ele teve participação ativa no "planejamento, incitação e execução" dos atos. Desde fevereiro é réu.

● **NEGATIVA.** No e-mail, Léo Índio disse que nunca atentou contra o estado democrático de direito ou colaborou com uma tentativa de golpe. Também rechaçou ter depredado patrimônio público. Ele tem documento com permissão de residência temporária na Argentina até 4 de junho.

Folha de São Paulo

Apostas de Lula para recuperar eleitor não surtem efeito e geram pessimismo no governo

Integrantes do Executivo e parlamentares admitem dificuldade para mudar cenário; gestão apresenta balanço do mandato nesta quinta

Lula conversa com o chefe da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira Adriano Machado - 18.mar.25/Reuters

Raphael Di Cunto, Catia Seabra e Victoria Azevedo

BRASÍLIA As mudanças na comunicação e a entrega de programas que eram apostas do governo Lula (PT) para recuperar sua popularidade não surtiram efeito até agora e o governo tem dificuldade de traçar uma estratégia para mudar o cenário, avaliam integrantes do Executivo e parlamentares. A preocupação é, principalmente, com a perda do eleitor tradicional do partido (mulheres, nordestinos e pobres).

O diagnóstico causou desânimo generalizado entre os petistas em reunião ocorrida na Câmara nesta quarta (2). O encontro tinha como pauta a anistia ao golpistas de 8/1 e o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mas o clima foi de pessimismo, segundo relatos, com a percepção de que o governo já executou as entregas e ainda não encontrou como reagir.

Há, também, a sensação de que o cenário de juros e inflação altos é de dificílima reversão.

Pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta mostrou que não houve a recuperação esperada pelos petistas na popularidade. Em janeiro, 37% dos eleitores tinham avaliação negativa do governo e agora são 41%. As opiniões positivas caíram de 31% para 27%. A queda ocorreu inclusive entre o eleitor tradicionalmente mais simpático a Lula, como mulheres e moradores do Nordeste.

Os dados já eram detectados em pesquisas internas do governo, segundo relatos à **Folha**, mas vão na direção contrária ao que esperavam governo e PT, que em janeiro defendiam que a perda de popularidade era passageira e atrelada a alta nos alimentos e crise do Pix. A expectativa era de que a entrega de ações e programas mudaria esse quadro.

As apostas, na avaliação dos petistas e aliados, se mostraram insuficientes até o momento. A liberação de recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para quem optou pelo saque-aniversário e foi demitido, por exemplo, teve a primeira parcela da verba depositada em março. Foram R$ 6 bilhões injetados para evitar a desaceleração da economia, afetada pelo aumento das taxas de juros.

O "crédito do trabalhador", consignado para celetistas, levou a R$ 3,1 bi em empréstimos em duas semanas. O tema, porém, é atacado pela direita, que acusa o governo de endividar os trabalhadores, e até por aliados.

Uma expectativa que petistas e aliados mantêm para melhorar a imagem de Lula é o Pé-de-Meia, que teve os primeiros pagamentos liberados em 31 de março para estudantes de baixa renda.

Além disso, deve ser anunciada em breve a ampliação do público-alvo do Minha Casa, Minha Vida.

No prazo mais longo, a esperança é de que as mudanças no Imposto de Renda, com o aumento da faixa de isenção para quem ganha até R$ 5.000 mensais, melhorem o humor do eleitorado. A medida deve beneficiar cerca de 10 milhões de pessoas. Entretanto só terá efeito em 2026.

Outra aposta ocorrerá nesta quinta (3) em evento em Brasília para fazer o balanço de ações do governo Lula e a comparação com o governo Jair Bolsonaro (PL). Com o nome de o "Brasil Dando a Volta por Cima", a estratégia é buscar o eleitor tradicional do PT, como famílias pobres.

Para partido e governo, esses eleitores foram influenciados pelo discurso de direita e propagandas nas redes sociais. Para retomar patamares de aprovação de 2024, a percepção é de que é preciso primeiro recuperar a boa avaliação nesses segmentos.

Segundo interlocutores, o discurso do presidente será centrado em faixas mais avessas ao partido e à esquerda. Lula defenderá que o brasileiro é alguém que trabalha, se esforça e conquista por seus méritos, num aceno aos autônomos. Além disso, dirá que o governo atua a favor das famílias brasileiras com programas sociais, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.

O evento pretende apresentar balanço das ações do governo nos dois primeiros anos de mandato.

Segundo um auxiliar de Lula, a ideia é mostrar essas ações em uma linguagem de maior compreensão para a população, a exemplo de como foi orientado pelo chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência, Sidônio Palmeira, em reunião fechada com assessores do governo em março.

Na ocasião, ele afirmou que marcas e programas do governo precisam estar "na ponta da língua" de todos os integrantes da gestão e sugeriu comparações para exemplificar esses dados.

Ele citou como exemplo a quantidade de pessoas que deixaram de passar fome no Brasil nesses dois anos e sugeriu que, em vez de tratar o dado bruto, seria melhor tentar demonstrar o que esses números representam. No caso, usou como comparativo a quantidade de pessoas que cabem num estádio lotado.

Folha de São Paulo

Avaliação negativa do governo Lula sobe para 41%, e positiva cai a 27%

Pela primeira vez na série histórica e na esteira de inflação, piora na popularidade da gestão petista chega a mulheres e Nordeste

Matheus Tupina

SÃO PAULO A perda de popularidade do governo Lula (PT), iniciada com a crise do Pix, acentuou-se, de acordo com pesquisa da Genial/Quaest, atingindo também segmentos tradicionalmente mais simpáticos ao petista, como as mulheres e os moradores do Nordeste.

Os dados divulgados nesta quarta-feira (2) apontam que a proporção de entrevistados com avaliação negativa do governo aumentou, de 37% em janeiro a 41%. As opiniões positivas caíram de 31% a 27%. São 29% os que veem a administração como regular, ante 28% antes. Não sabem ou não quiseram responder 3%.

Os números são os piores para Lula da série histórica iniciada em abril de 2023. Sua gestão já chegou a ter 42% de menções positivas e 24% de negativas, em agosto do mesmo ano.

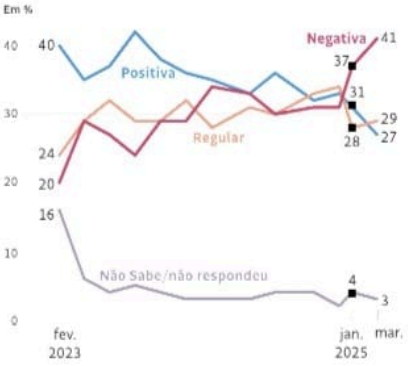
A Quaest realizou 2.004 entrevistas com brasileiros de 16 anos ou mais em 120 municípios do país de quinta (27) a segunda-feira (31). A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Entre as mulheres, por primeira vez a avaliação negativa do governo (39%) superou a positiva (28%) fora da margem de erro —em janeiro, os índices eram de 36% e 33%, respectivamente.

O aumento na rejeição também é constatado quando a empresa de consultoria e pesquisa pergunta sobre a aprovação do governo: 56% dizem desaprovar, ante 49% em janeiro, e 41% dizem aprovar, contra 47% há dois meses. Outros 3% não sabem ou não responderam.

Houve oscilações e quedas na aprovação em todas as regiões, incluindo o Nordeste, onde o PT venceu com folga todas as últimas eleições presidenciais.

Governo Lula tem piora em popularidade, com 41% de avaliações negativas e 27% de positivas



Avaliação do governo Lula entre as mulheres

Fonte: Pesquisa Genial/Quaest realizada em 120 municípios do país, com 2.004 entrevistas com brasileiros de 16 anos ou mais entre os dias 27 e 31 de março; margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos

O mesmo ocorreu em todas as faixas etárias, em especial entre os de 16 a 34 anos, com 64% afirmando desaprovar o atual governo, e 33% dizendo aprovar.

A crise de popularidade retratada nos últimos levantamentos ganhou força após a crise do Pix, quando notícias falsas sobre a taxação da modalidade de transferências se espalharam pelas redes. Outro fator tido como relevante é a persistência da inflação.

No começo deste ano, Lula mudou a Secom, com a troca de Paulo Pimenta pelo marqueteiro Sidônio Palmeira, e iniciou uma ofensiva publicitária com mudanças na comunicação.

Afirmaram considerar o terceiro mandato do petista pior que os anteriores 53% dos entrevistados, enquanto 20% disseram ser melhor, e 23%, igual. Em janeiro, esses números eram 45%, 32% e 18%, respectivamente —ou seja, uma queda de 12 pontos entre os que consideram Lula 3 melhor que suas passagens anteriores pelo Palácio do Planalto.

A Quaest também mostrou que, pela primeira vez, os que consideram a administração petista pior que a bolsonarista estão à frente dos que veem Lula melhor que o ex-mandatário: 43% a 39%. Outros 15% dizem que ambos os governos são iguais.

Dados semelhantes são vistos sobre a economia do país: 56% dizem ver piora nos últimos 12 meses, contra 16% que citam melhora e 26% que veem tudo igual.

O levantamento da Quaest é financiado pela corretora de investimentos digital Genial Investimentos, controlada pelo banco Genial.

Folha de São Paulo

Moraes solta mais 11 réus do 8/1 após conceder domiciliar a mulher que pichou estátua

Decisões foram expedidas de sexta (28) a terça-feira (1º); neste ano, ministro só havia autorizado uma pessoa a sair da prisão

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu tirar da prisão 12 acusados pelos ataques às sedes dos Poderes no 8/1.

As ordens foram expedidas de sexta (28) a terça (1º) —antes, só uma pessoa havia saído da prisão por decisão de Moraes este ano.

A decisão mais emblemática na semana passada foi a que beneficiou a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que pichou a estátua "A Justiça". Ela deixou a Penitenciária Feminina de Rio Claro (SP) na noite de sexta e passou a cumprir detenção domiciliar.

Além de Débora, outras 11 pessoas deixaram presídios espalhados pelo país por decisões do ministro nos últimos dias. A maioria são réus que descumpriram medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica ou a proibição de deixar a cidade.

O professor aposentador Jaime Junkes, 68, foi um dos que deixou o presídio para cumprir prisão domiciliar. Ele foi condenado pelo Supremo a 14 anos de reclusão pelos ataques golpistas, mas teve o benefício concedido por enfrentar um câncer de próstata recentemente diagnosticado.

"Além do seu diagnóstico de câncer, reiteradamente comprovado nos autos, [Jaime] teria sofrido recentemente infarto agudo no miocárdio, o que configura importante situação superveniente a autorizar a excepcional concessão de prisão domiciliar humanitária", disse Moraes.

Moraes deu decisões favoráveis a outros dez acusados de participar do acampamento golpista em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

Um dos soltos foi o empresário Leonardo Henrique Maia Gontijo, 34, preso em 25 de fevereiro por descumprir medidas cautelares, como a proibição de deixar a comarca. A prisão foi decretada por Moraes em novembro, mas ele só foi encontrado três meses depois.

Leonardo foi condenado em 28 de fevereiro a um ano de reclusão pelos crimes de associação criminosa e incitação ao crime. Por ser pequena, a pena foi substituída por medidas como prestação de serviços comunitários.

Invasão à praça dos Três Poderes no 8/1 Gabriela Biló - 8.jan.23/Folhapress

O caso é parecido com o de Isaias Ribeiro Serra Júnior, 24. O baiano, professor de artes marciais, voltou à prisão em junho passado por descumprir com frequência as medidas cautelares.

Isaias deixou a bateria de tornozeleira eletrônica acabar 17 vezes. A Justiça foi quatro vezes à casa dele para trocar equipamento e carregador, mas as infrações não cessaram.

Isaias foi condenado a um ano de reclusão, com a imposição de medidas alternativas, em 26 de novembro. Ele teve a liberdade concedida na última segunda.

Reginaldo Silveira, 60, também deixou a prisão. Ele foi acusado por associação criminosa e incitação ao crime por ter acampado em frente ao QG do Exército.

Ficou preso de 9 de janeiro de 2023 a 10 de março do mesmo ano, quando deixou o presídio sob a condição de cumprir medidas cautelares. Ele, porém, descumpriu o monitoramento eletrônico reiteradamente.

Por isso, voltou à prisão em julho de 2024. Só foi liberado no início desta semana, enquanto ainda aguarda julgamento.

Outro solto foi Kenedy Martins Colvello, 29. Ele foi condenado a um ano de reclusão, com imposição de medidas alternativas, na última sexta. Kenedy estava preso desde janeiro por descumprir medidas cautelares.

Moraes também soltou Anilton da Silva Santos, Paulo Cesar de Jesus, Claudio Fernando Gonçalves, Márcia Rosa Vieira, Arthur André Silva Martins e Marcos Pereira (199 dias). Desses 6 casos, só 2 já foram julgados pelo Supremo.

Bolsonaro diz que ministro tinha que viajar em avião de carreira para ser aplaudido

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou nesta quarta (2) o ministro Alexandre de Moraes, do STF, por ter usado uma aeronave da FAB para viajar de Brasília a São Paulo um dia antes de acompanhar a final do Campeonato Paulista.

Ao canal AuriVerde Brasil, ele ironizou o ministro. "Se sou Alexandre de Moraes e salvei o Brasil de uma ditadura, livrei o país de um golpe, fui um herói nacional, deveria viajar em um avião de carreira e ser aplaudido. Mas é preciso ver que isso não é verdade, a realidade é completamente outra", afirmou.

Folha de São Paulo

Fila do INSS volta a subir

Estoque de requerimentos

* Dados de abril, maio e junho de 2020 não estão disponíveis

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Fila de espera do INSS passa de 2 milhões e supera o recorde de Bolsonaro

Defasagem na divulgação dos dados, referentes a dezembro, é alvo de críticas; gestão Lula rejeita comparação com o governo anterior

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A fila de espera por benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) subiu novamente em dezembro de 2024 e alcançou a marca de 2,042 milhões de requerimentos.

O número é maior do que o recorde do início de 2020, no governo de Jair Bolsonaro (PL). Na época, o fim da necessidade de agendar atendimento impulsionou a fila a 2,032 milhões de pedidos.

Os dados, bastante defasados, foram divulgados nesta quarta (2) pelo Ministério da Previdência Social. Mas, em abril, ainda não há informações sobre a evolução do estoque de pedidos nos meses de janeiro e fevereiro de 2025.

Especialistas de fora do governo têm ficado incomodados com a demora na publicação dos documentos e questionam se há, por trás disso, alguma tentativa do Executivo de protelar o reconhecimento da piora na fila.

O Beps (Boletim Estatístico da Previdência Social), o mais tradicional documento com informações sobre requerimentos e novas concessões de benefícios, costuma ser divulgado em até 45 dias após o fim do mês de referência.

Nos últimos meses, porém, os atrasos foram constantes. Os dados de outubro e novembro de 2024 só foram divulgados em meados de fevereiro deste ano. O MPS atribuiu a demora a "inconsistências em dados enviados pela Dataprev" e disse que as informações de dezembro seriam publicadas "nos próximos dias" —mas levaram mais de um mês.

À **Folha**, o presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção, reconheceu que a empresa fez ajustes nos sistemas que atendiam ao INSS, mas que acabaram prejudicando a extração de estatísticas, problema já corrigido.

Nesta quarta, a pasta voltou a dizer que o atraso "se deve a inconsistências nos dados recebidos", "motivo totalmente alheio à capacidade do MPS para divulgar o boletim mensalmente".

Embora seja uma fotografia do passado, a divulgação dos números ocorre em um momento de queda da popularidade do presidente Lula (PT), que elencou a redução da fila do INSS como uma de suas promessas de campanha.

Pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta mostra que a avaliação negativa do governo saiu de 37% em janeiro a 41%. Já as opiniões positivas caíram de 31% para 27%. Em fevereiro, pesquisa Datafolha já havia mostrado a queda da aprovação de Lula.

A fila do INSS havia interrompido a trajetória de queda em julho de 2024, voltando a subir. Entre julho e setembro, com a greve de servidores, a alta foi de 445 mil requerimentos à espera de análise.

Em outubro e novembro, o estoque de pedidos se avolumou ainda mais. Em dois meses, o aumento foi de 186,2 mil. Agora, em dezembro, a expansão foi de 57 mil pedidos em estoque.

Além dos efeitos da greve, integrantes do governo atribuem o crescimento da fila ao aumento no número de requerimentos, que tem exigido maiores esforços do Executivo para regularizar a situação.

O Executivo também rejeita a comparação com os números do governo Bolsonaro, sob a justificativa de que, naquela época, a fila não incorporava pedidos à espera de perícia médica, hoje incluídos na estatística.

O governo ainda tem feito um mapeamento de segurados que ingressam com pedidos de mais de um benefício ao mesmo tempo, ou recorrem de requerimentos indeferidos ao mesmo tempo em que fazem um novo pedido inicial para a mesma modalidade.

Esse dado inclusive foi incorporado ao Beps em dezembro. Segundo o governo, havia naquele mês 303,5 mil pedidos reiterados. O número considera aqueles que foram precedidos por um requerimento de mesma espécie nos seis meses anteriores —indeferido pelo INSS ou concedido, mas que dependia de renovação (como pode ser o caso de um auxílio-doença).

Irmãos Luchini S/A Comercial Auto-Peças

CNPJ Nº 59.934.777/0001-00 - NIRE Nº 35.300.064.453

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 23 de abril de 2025, às 09 horas, na sede social à rua Barão de Teffé nº 730, Jundiaí-SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2024. **b)** Destinação do Lucro Líquido do Exercício; e, **c)** Assuntos diversos. Jundiaí, 03 de abril de 2025. **A Diretoria.**

03-04-85.

Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 – PROCESSO Nº 16/2025

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de construção para o suprimento da SAEV Ambiental. **Data da realização/Início lances: 16/04/2025. Recebimento das propostas:** a partir do dia 03/04/2025 ao dia 16/04/2025 ate as 08:00 (Oito horas). **Informações, documentação e edital completo:** pelos endereços eletrônicos: www.saev.com.br e www.bll.org.br. Informações pelo telefone (17) 3405-9195.

Votuporanga, 02 de abril de 2025.

Luciano Nucci Passoni - Superintendente

Veículo
Diário Caiçara

Vereadores de Caraguatatuba participam do Fórum Municipal de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo

Nesta terça-feira (2/4), Dia Mundial de Conscientização do Autismo, o presidente da Câmara, Antonio Carlos Junior, e os vereadores Vilma Teixeira, Cristian Bota Oliveira de Souza (Cristian Bota), Maurilio Moreira de Assis, Marcelo Lanzellotte Pereira (Marcelo Pereira), José Eduardo da Silva (Duda Silva) e Aguinaldo Pereira da Silva Santos (Butiá) participaram do Fórum Municipal de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Noticias das Praias

Vereador de Ilhabela reivindica ao Hospital Regional de Caraguatatuba atendimento para mulheres com endometriose

Vereador Manuh Júnior(PSDB), representando Ilhabela, São Sebastião e Caraguatatuba, se reuniu com o diretor do Hospital Regional, Gustavo Cursino, para solicitar que a unidade atenda mulheres com endometriose.

Leia a matéria completa aqui.

Cotidiano

O Estado de São Paulo

Educação

Pé-de-Meia já custa R$ 5,1 bi a mais do que o planejado

Projeção inicial era de que benefício seria pago a 2,4 milhões de alunos; últimos dados da pasta indicam hoje pouco mais de 4 milhões

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

Uma das principais vitrines do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o programa Pé-de-Meia já custa pelo menos R$ 5,1 bilhões a mais que o estimado inicialmente pelo Ministério da Educação (MEC). Numa projeção publicada pela pasta em 1.º de agosto passado, o MEC calculou que o Pé-de-Meia seria pago a 2,4 milhões de estudantes. Segundo os últimos dados publicados pela pasta, hoje são pouco mais de 4 milhões recebendo o benefício. No Plano de Monitoramento do MEC, o custo anual foi estimado em R$ 7,1 bilhões anuais. O custo atual é de R$ 12,5 bilhões ao ano, segundo a estimativa oficial.

A diferença se deve à decisão, em agosto do ano passado, de ampliar o público-alvo do programa. Inicialmente, o Pé-de-Meia era restrito a alunos do ensino médio regular, e cujas famílias recebiam o Bolsa Família. Em meados de agosto, uma portaria do MEC estendeu o Pé-de-Meia a alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo.

À reportagem, o MEC disse que a ampliação do público-alvo do Pé-de-Meia está amparada juridicamente e reiterou que atua para dar transparência ao programa. "Este Ministério reitera seu compromisso com as melhores práticas de transparência ativa, em cumprimento ao artigo 16 da Lei n.º 14.818/2024 (lei que criou o programa), e reforça seu compromisso com a visibilidade das ações do Pé-de-Meia."

A projeção do MEC foi publicada na página 20 do documento "Plano de Monitoramento e Avaliação do Programa Pé-de-Meia", disponível no site do ministério. O documento é assinado pelo assessor especial Evânio Antônio de Araújo Júnior, lotado no gabinete do ministro. A projeção em si é atribuída à Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC.

Reportagem revelou
Em pelo menos 3 cidades havia mais beneficiários em fevereiro do que alunos do ensino médio

No documento, o MEC estima o número de beneficiários do Pé-de-Meia por Estado. Em todas as unidades da Federação, o número de beneficiários em fevereiro deste ano é maior que o projetado inicialmente.

SANTA CATARINA. O local com a maior variação foi Santa Catarina: o MEC estimou inicialmente 25.280 estudantes ganhando o Pé-de-Meia no Estado, mas hoje são 60.009, ou uma variação de 237%. Em seguida vêm Roraima (214% do projetado inicialmente); Rio Grande do Sul (213%); Paraíba (209%) e Paraná (203%). Amazonas (130%) e Acre (139%) tiveram as menores variações.

Na última segunda-feira, o **Estadão** mostrou que em pelo menos três cidades o número de beneficiários do Pé-de-Meia em fevereiro chega a ser maior que o de alunos do ensino médio informados pela direção das escolas – o MEC apresenta outros números, maiores, de matriculados. Em 15 cidades, o número de beneficiários é de mais de 90% do de alunos do ensino médio.

Em duas das cidades, Porto de Moz (PA) e Riacho de Santana (BA), a reportagem também encontrou professoras das redes municipais com renda aparentemente incompatível com o programa, figurando como responsáveis por beneficiários do Pé-de-Meia.

NO CONGRESSO. Após a reportagem, a líder da bancada do Novo na Câmara, Adriana Ventura (SP), e o deputado Kim Kataguiri (União-SP) apresentaram requerimentos à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Casa para que o Tribunal de Contas da União (TCU) promova auditoria nos pagamentos do Pé-de-Meia. Além disso, Kataguiri apresentou requerimento de convocação do ministro da Educação, Camilo Santana, à CFFC, para falar sobre o tema.

Já o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) enviou ofício ao MEC pedindo informações sobre como o MEC faz os cruzamentos de dados do Pé-de-Meia; quem são os responsáveis pelo programa; quais as rotinas de checagem adotadas; se há eventuais auditorias sendo feitas no Pé-de-Meia; e sobre a aplicação do Plano de Monitoramento do programa, entre outros temas. Ao contrário do que acontece na Câmara, os senadores podem enviar questionamentos diretamente.

Ao **Estadão**, o secretário executivo do MEC, Leonardo Barchini, disse que as secretarias estaduais de Educação ainda enfrentam dificuldades para fornecer dados corretos e atualizados sobre as matrículas de estudantes, que estão na base do Pé-de-Meia. ●

BENEFICIÁRIOS DO PÉ-DE-MEIA

Comparação entre projeção do MEC em 1º de agosto de 2024 e o número de beneficiários em fevereiro de 2025, por Estado

ESTADO	PROJEÇÃO DO MEC EM AGOSTO/2024	BENEFICIÁRIOS EM FEVEREIRO/2025	VARIAÇÃO EM PORCENTAGEM
SANTA CATARINA	25.280	60.009	237
RONDÔNIA	16.859	36.027	214
RIO GRANDE DO SUL	55.913	118.936	213
PARAÍBA	53.734	112.071	209
PARANÁ	68.837	139.853	203
MATO GROSSO DO SUL	22.488	44.687	199
ESPÍRITO SANTO	31.216	59.296	190
MATO GROSSO	34.259	64.937	190
MINAS GERAIS	190.256	353.402	186
TOCANTINS	24.728	45.028	182
DISTRITO FEDERAL	24.448	43.777	179
GOIÁS	62.102	10.184	174
SÃO PAULO	319.772	541.761	169
RIO DE JANEIRO	170.697	275.663	161
CEARÁ	184.971	289.189	156
PIAUÍ	69.420	108.454	156
PERNAMBUCO	167.100	257.693	154
SERGIPE	40.720	62.574	154
AMAPÁ	16.732	24.889	149
PARÁ	186.917	277.654	149
RIO GRANDE DO NORTE	59.591	88.263	148
ALAGOAS	65.990	97.260	147
MARANHÃO	159.765	235.096	147
RORAIMA	10.361	14.995	145
BAHIA	283.222	409.789	145
ACRE	19.642	27.335	139
AMAZONAS	105.642	137.154	130
TOTAL	2.470.662	4.033.976	163

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Folha de São Paulo

Jatos comerciais na fábrica da Embraer, em São José dos Campos, interior de São Paulo Gabriel Araújo - 19.jun.24/Reuters

Anúncio traz alívio e oportunidade para indústria do Brasil, dizem especialistas

Analistas citam impacto setor aeroespacial, mas afirmam que tarifa mais branda tira o país da lista de principais alvos dos EUA

Paulo Ricardo Martins
e Nicola Pamplonae Diego Felix

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Apesar de apontarem impacto para alguns setores da indústria e para as exportações, especialistas ouvidos pela **Folha** disseram que a tarifa de 10% sobre produtos brasileiros importados pelos EUA, anunciada pelo presidente Donald Trump nesta quarta (2), é um alívio, pois mostra que o Brasil não está entre os principais alvos do governo americano.

Trump anunciou no fim da tarde desta quarta uma lista de países incluídos em um tarifaço de seu governo. A sobretaxa de 10% para o Brasil foi menor do que para outros parceiros comerciais dos EUA, como China (taxa de 34%), União Europeia (20%) e Japão (24%).

Fernanda Brandão, professora de relações internacionais da Universidade Presbiteriana Mackenzie Rio, diz que a sobretaxa mais branda mostra que o Brasil não está sendo percebido como uma ameaça significativa para a economia americana.

Para ela, o cenário pode impulsionar o acesso de setores brasileiros —principalmente o de manufaturas mais básicas, como a indústria têxtil— a mercados americanos antes abocanhados por outros países.

"O ajuste de preferência pelo produto nacional [americano] não é automático, fora que a produção dos EUA de alguns bens não é suficiente para atender a demanda doméstica. Então [os EUA] vai continuar comprando do exterior. Vários países asiáticos para os quais foram aplicadas tarifas mais altas são produtores de têxteis, por exemplo", afirma.

"Claro que haverá impacto para setores brasileiros que exportam, como o de aeronaves e o siderúrgico, mas não me parece que vai ser diretamente algo tão imediato e impactante como será para outros países, como a China", afirma Pedro Brites, professor de relações internacionais da FGV-SP.

O economista André Perfeito diz que "para o Brasil saíram barato as tarifas".

"O que faz sentido, afinal, como tenho falado há algum tempo, temos déficits contra os EUA [na balança comercial], logo não seríamos alvo neste momento", diz.

A tarifa mais branda não é motivo para comemoração nem lamentação, diz o presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), José Augusto de Castro. Afirma, porém, que ela significa um alívio para o Brasil.

"Pode dificultar alguma exportação, pouca coisa. Se tivermos condições de administrar nosso custo de produção, nós teremos a oportunidade de exportar alguma coisa a mais para os EUA, não apenas commodity, mas também manufaturados", diz.

A Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) disse que a tarifa não é positiva, mas "precisa ser analisada com mais profundidade".

"O impacto dependerá de como nossos concorrentes diretos foram tarifados. Se enfrentarem taxas ainda mais altas, pode haver uma vantagem competitiva para o Brasil, já que o custo adicional será repassado ao consumidor americano", diz Flávio Roscoe, presidente da FIEMG, em nota.

Para o setor calçadista, é preciso avaliar a taxação anunciada a outros grandes produtores de calçados, principalmente China, Vietnã e Indonésia.

"Esses países deverão perder competitividade no mercado americano, o que pode ser oportunidade para aumentar a exportação brasileira", diz o presidente da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados), Haroldo Ferreira.

"Mas China Vietnã e Indonésia não vão deixar de produzir. Vão pegar esses calçados e vão vender para outros mercados a que o Brasil exporta. E podem disputar mercado no próprio Brasil."

Produtos semiacabados de aço, como blocos e placas, estão entre os principais itens exportados pelo Brasil aos EUA, ao lado de petróleo bruto, produtos semiacabados de ferro e aeronaves. Segundo o governo americano, o Brasil está entre os três maiores fornecedores de aço ao país (ao lado de México e Canadá), com US$ 2,66 bilhões vendidos no ano passado.

Recentemente, Trump anunciou tarifas sobre automóveis importados, o que pode impactar o setor de autopeças nacional. Em 2024, o Brasil exportou cerca de US$ 1,3 bilhão em componentes do tipo aos EUA.

Trump já havia imposto 20% sobre todas as importações da China e sobretaxas de 25% sobre aço e alumínio de todos os países.

O republicano adiou a tarifa de 25% sobre a maioria dos produtos vindos de Canadá e México para pressioná-los a reforçar o combate ao tráfico de drogas e à imigração ilegal, embora essa medida deva expirar nesta quarta-feira.

Tarifaço não deve impactar operação da Embraer nos EUA

As tarifas devem ter impacto baixo sobre aeronaves da Embraer, cuja frota de jatos é uma das maiores em operação nos EUA.

Para especialistas ouvidos pela **Folha**, a tendência é que as importadoras de aviões da Embraer consigam absorver a alta de 10% para os segmentos de aeronaves em que concorrentes americanas, como a Airbus, não operem com tanta força.

Nesse caso, a Embraer se beneficia diretamente da fabricação dos modelos E1, jatos de médio porte, com até 70 assentos, utilizados pela aviação comercial em todo o mundo.

No mercado norte-americano, o Embraer 175 é um dos que domina o segmento.

Até o 4º trimestre do ano passado, as empresas aéreas dos EUA foram responsáveis por comprar um total de 723 aeronaves comerciais da Embraer, sendo 95% deles do modelo E175.

No balanço, a Embraer apontava a Skywest como sua maior compradora na região naquele período, cujo somatório de pedidos e entregas chegou a 204 aeronaves. A American Airlines vem em seguida, com 204 aeronaves, sendo boa parte delas (92) para serem entregues nos próximos meses.

Folha de São Paulo

CPI vai apurar se imóvel para baixa renda teve outra destinação em SP

Incorporadoras e a Prefeitura falam em casos pontuais, após denúncias reunidas pelo MP por 2 anos, com apoio de cartórios

PRISCILA MENGUE

Alvo de uma investigação de dois anos do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), a destinação de apartamentos com incentivos municipais para a baixa renda agora será apurada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo. A CPI foi anunciada ontem pelo presidente do Legislativo, Ricardo Teixeira (União Brasil), na reunião semanal do Colégio de Líderes.

As principais associações do setor afirmam que houve apenas poucos casos de "desvirtuamento" de moradia popular. A gestão Ricardo Nunes (MDB) tem argumentado que as irregularidades são "pontuais" e diz que está apurando as denúncias recebidas – já houve multas aplicadas em casos de irregularidades identificadas pelo Município.

A comissão sobre Habitação de Interesse Social (HIS) foi proposta pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil), presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Proposta semelhante havia sido apresentada pelo vereador Nabil Bonduki (PT) – que envolveria também prédios irregulares em geral –, mas a oposição foi atendida com outra CPI.

PARA ENTENDER. O MP-SP apura indícios de destinação desses imóveis para público fora da faixa de renda prevista desde 2022. Por lei, esses apartamentos somente podem ser moradia para pessoas com renda mensal de até 3 salários mínimos (HIS-1) e de 3 a 6 salários (HIS-2), porém foram identificados casos de unidades compradas ou alugadas para público distinto. Grande parte dos endereços identificados envolve bairros de classe média e nobres, como Vila Olímpia, Pinheiros e Itaim-Bibi. Além disso, os condomínios são majoritariamente de microapartamentos e pequenas unidades.

Com base nas denúncias do MP e em um convênio com cartórios, a gestão Nunes recentemente começou a emitir as primeiras multas e avisos de sanção a pelo menos 11 empreendimentos que não comprovaram a destinação adequada. O número de notificações é de cerca de 200, com apuração ainda parcial, segundo a Prefeitura.

A partir do Plano Diretor de 2014, a criação de HIS pela iniciativa privada ganhou diversos incentivos construtivos, tributários e fiscais. Esses benefícios são destinados às empresas, que são responsáveis por todas as fases de desenvolvimento.

Dados compilados pelo Secovi-SP e pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) apontam que esse segmento se tornou predominante na cidade, chegando a 75,1% das moradias com alvará expedido entre janeiro de 2019 e setembro de 2024. Ao todo, são 248.498 HIS e Habitação de Mercado Popular (HMP, que é minoria, mas recebe benefícios).

CPI das Enchentes
Estará focada especialmente no histórico de inundações do Jardim Pantanal

JARDIM PANTANAL. Os parlamentares da oposição conseguiram emplacar a abertura de uma comissão sobre enchentes, proposta por Alessandro Guedes (PT). Estará focada especialmente no histórico de inundações do Jardim Pantanal, na zona leste. ●

Veículo
Tamoios News
Jornal do Litoral

MP solicita para pais de alunos prejudicados pelo Colégio Gemini compareçam na delegacia para formalizar Boletim de Ocorrência

Em 2024 os administradores do Colégio Gemini ofertaram a prestação de serviços educacionais para o ano de 2025, mediante desconto considerável para pagamento antecipado da anuidade, rematrícula e material didático. Diante da oferta generosa, alguns pais aderiram ao desconto e efetuaram o pagamento solicitado.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Tamoios News

Casa de Saúde Stella Maris recebe reconhecimento nacional e conquista pela primeira vez o selo UTI Top Performer

A Casa de Saúde Stella Maris, de Caraguatatuba, conquistou pela primeira vez o selo UTI Top Performer 2025, concedido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) em parceria com a Epimed Solutions. A certificação reconhece as unidades de terapia intensiva (UTIs) que apresentam os mais altos padrões de eficiência, segurança do paciente e qualidade assistencial em nível nacional.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Radar Litoral
Noticias das Praias

CCZ de Caraguatatuba abre 250 vagas do Programa de Controle Populacional de cães e gatos nesta sexta-feira

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Caraguatatuba vai abrir 250 vagas para agendar avaliação de cães e gatos para o serviço de controle populacional nesta sexta-feira (4). As senhas serão distribuídas a partir das 8h30 no próprio CCZ, localizado na Rua Ministro Dílson Funaro, 115, no Jardim Britânia. O proprietário deve ser maior de 18 anos e fazer o agendamentp presencialmente. Não é necessário levar o animal.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Diário Caiçara

Secretaria de Serviços Públicos realiza limpeza em diversos bairros de Caraguatatuba no início de abril

A Secretaria de Serviços Públicos de Caraguatatuba segue com as ações de limpeza do final de março e início de abril nos bairros do Pegorelli, Perequê-Mirim, Travessão, Barranco Alto, Porto Novo, Poiares, Jardim das Gaivotas, Tinga (Cide), Jardim Jaqueira, Sumaré (Morro de Santo Antônio), Jetuba e Massaguaçu, em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Ubatuba Times

Presidente do Fundo Social visita Lar São Francisco de Assis e Instituição de Longa Permanência em Caraguatatuba

A presidente do Fundo Social de Caraguatatuba, Dra. Talita Carneiro, visitou, na tarde de terça-feira (1º), duas importantes instituições de serviços de assistência e cuidado a idosos que necessitam de apoio e atenção especializada, o Lar São Francisco de Assis, no Perequê-Mirim, e a Instituição de Longa Permanência para Idosos e Pessoas com Deficiência "Maria Lúcia Baracat", no Pontal Santamarina.

Leia a matéria completa aqui.

Geral

Veículo
Radar Litoral
Portal Notícias do Litoral
Litoral em Pauta

Após tentar fugir de abordagem, homem é preso com drogas pela GCM de Caraguá

Um homem foi detido pela GCM de Caraguatatuba, na tarde do último sábado (29), no bairro Rio do Ouro, após fugir de uma viatura da Guarda Civil Municipal. O caso ocorreu após uma ronda preventiva da Guarda Civil nas proximidades da rodoviária. Um indivíduo, que estava em uma moto sem retrovisor, ignorou a abordagem dos guardas municipais e iniciou uma fuga.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Radar Litoral

Em atitude suspeita, homem armado é preso pela PM no Pegorelli

Um homem que portava ilegalmente um revólver calibre 32 foi preso pela Polícia Militar, na última quarta-feira (2/4), no bairro Pegorelli, zona sul de Caraguatatuba. O revólver da marca Taurus com quatro cartuchos, sendo três picotados e um intacto, foi apreendido pelos policiais.

Durante patrulhamento pela região, a equipe abordou o indivíduo que estava em atitude suspeita. Na revista pessoal, os policiais localizaram em sua cintura.

Diante dos fatos, o homem recebeu voz de prisão e foi conduzido à delegacia, onde permaneceu à disposição da justiça.

Turismo e Esporte - Local

Veículo
Radar Litoral
Litoral Norte Web

Caraguatatuba abre exposição de cerâmica ‘A Grande Maloca’ na sede da Secretaria de Turismo

A exposição artística de ‘A Grande Maloca’, do Grupo Ubuntu Caraguatatuba – Ceramistas celebra o aniversário de 168 anos de Caraguatatuba e o Dia dos Povos Indígenas (19 de abril). A mostra foi aberta ao público a no dia 1º de abril e permanece em cartaz durante todo o mês na sede da Secretaria de Turismo.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Litoral em Pauta

Peça de teatro interativa e gratuita está na programação de abril em Caraguatatuba

Abordando temas sensíveis do dia a dia, como aplicativos de apostas online, ansiedade e influência das amizades em nossas escolhas, o Núcleo Artístico Atlântica apresenta a peça "Somos Todos Alvos" em Caraguatatuba, nos dias 12 e 13 de abril. O espetáculo dá a oportunidade para que o público decida os finais de cada cena, trazendo a interatividade como um dos diferenciais do trabalho artístico.

Leia a matéria completa aqui.

Clipping Eletrônico

11.03.2025

Entrevista com o Secretário de Esportes, Cláudio Miguel Marques Longo, para a TV Câmara.

Pauta: Caraguatatuba sedia capacitação em esporte paralímpico promovido pelo governo estadual.

Assista a reportagem completa aqui.